



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Sexta - feira, 07 de Fevereiro de 2025 | Ano V, n.º 387 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Plano de Acção de Chapo para Cem Dias Ignora Questões Prementes e Actuais sobre Direitos Humanos

- Chapo ignorou por completo a violência policial que matou mais de 500 pessoas e feriu milhares. O plano de Chapo também ignorou a chacina de reclusos na Cadeia Central de Maputo protagonizada pelas forças de segurança



Mais de 20 dias depois da tomada de posse em 15 de Janeiro, Daniel Chapo finalmente apresentou o seu plano para os primeiros três meses de governação. Chama-se “Proposta do Plano de Acções de Impacto para os Primeiros 100 Dias De Governação.”

Trata-se de um Plano com 78 acções que na óptica do Governo têm “impacto imediato na vida da população nos primeiros 100 dias de governação”. O documento de 4 de Fevereiro com 25 páginas incide sobre as seguintes áreas: Estabilidade Social e Política; Educação; Saúde; Combate à Corrupção; Emprego e Juventude; Infraestruturas e Serviços Públicos; Justiça; Agricultura e Segurança Alimentar; Crescimento Económico e Mobilização de Recursos; Gestão de Recursos Naturais.

No Programa “Democracia e Participação”, parte integrante do “Pilar IV”, no ponto 3.4 sobre “Governação, Paz e Segurança”, o Plano de Chapo propõe-se a fortalecer a democracia e promover a participação activa da população nas decisões políticas, garantindo transparência, direitos humanos, liber-

dades fundamentais, prestação de contas e inclusão social.

Visto o Plano neste pilar, Chapo promete: Incrementar as actividades de Reabilitação e Reintegração Social dos cidadãos reclusos; Expandir e introduzir o Módulo Offline de Registo Civil; Realizar campanha de Registo Integrado, incluindo maiores e adquirir uma viatura para servir de Tribunal Móvel.

Reconhecemos a importância do registo civil, porque garante o acesso aos direitos fundamentais e à cidadania, e protege a dignidade da pessoa humana. Também reconhecemos a importância dos tribunais móveis, na medida que aproximam a justiça dos cidadãos. No entanto, preocupa-nos o facto de o Plano de governação de Chapo ter passado ao lado de questões actuais e prementes sobre os direitos humanos, como sejam a violência policial que matou mais de 500 pessoas e feriu milhares. Outrossim, é preocupante o silêncio deste governo sobre a chacina da Cadeia Central de Maputo protagonizada pelas forças de segurança.

O que Chapo ignorou

O plano de Chapo é divulgado a seguir à maior crise de direitos humanos de que há memória desde que nos conhecemos como Estado, com mais de 500 vítimas mortais, milhares de feridos e outros milhares de detidos arbitrariamente devido à violência policial que procurava, ao arripio da Constituição da República de Moçambique e da legislação ordinária, impedir as manifestações. Os responsáveis por escrever esse momento negro na história do país são conhecidos: é a Polícia da República de Moçambique (PRM) e o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC). Na altura dos factos, a Polícia tinha como responsáveis máximos os senhores Pascoal Ronda e Bernardino Rafael, respectivamente Ministro do Interior e Comandante-Geral da PRM. Era ou é expectável que algo seja feito para a responsabilização dos responsáveis dessa crise de direitos humanos.

Outrossim, em 25 de Dezembro de 2024 as-

sistiu-se àquela que é considerada a maior evasão prisional da história da nossa existência como Estado. Mais de 1500 reclusos supostamente fugiram da Cadeia de Máxima Segurança, vulgo BO, e da Cadeia Central de Maputo. Durante a fuga e após recaptura de alguns reclusos, as forças de segurança mataram 106 reclusos. Isto é violação de direitos humanos em qualquer parte do mundo civilizado que se pretende que seja o caso de Moçambique. É o direito à vida (o mais importante direito que existe, pese embora, a doutrina sobre os direitos humanos não estabeleça hierarquia entre os direitos humanos) que está em causa.

Na altura, o Governo de Filipe Nyusi disse que tinha sido criada uma Comissão para investigar as circunstâncias em que a evasão ocorrera. O governo de Nyusi cessou, mas o Estado e as instituições continuam. O silêncio do Governo de Chapo sobre este assunto é preocupante, sobretudo tendo presente o facto de que ele é jurista.

O que isto pode ser revelador para o futuro?

O ponto 2 da introdução do Plano diz que o mesmo visa “estabelecer bases sólidas para a implementação de uma agenda nacional que promova a estabilidade e desenvolvimento económico, social e político.”

Se este plano estabelece as bases da agenda de Governação de Chapo, pelo menos no que toca aos direitos humanos e direitos fundamentais, começamos mal. Ignorar questões actuais e prementes sobre violação de direitos humanos e direitos fundamentais nos faz ter medo do futuro, sobretudo

do tendo presente o facto de que o novo governo não está a emitir qualquer sinal de distanciamento em relação ao passado. O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), enquanto uma instituição de democracia, de protecção, defesa e promoção dos direitos humanos, está e estará atento a todos os passos do novo governo no que toca aos direitos humanos e democracia, lutando para que os direitos humanos sejam respeitados, mas acima de tudo que haja justiça e justiça justa para todos.




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

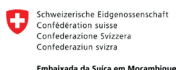
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

